



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
Diretoria de Políticas e Programas de Graduação
Coordenação-Geral de Relações Acadêmicas de Graduação
Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social do Prouni

Ata da Reunião da Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social do Prouni – CONAP

Às 16 horas e 28 minutos do dia 11 de agosto de 2015, no auditório do Centro Universitário Padre Anchieta (UNIANCHIETA), reuniu-se a Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social do Prouni – CONAP, instituída nos termos da Portaria nº 429, de 2 de abril de 2008. Participaram da reunião os membros: Antônio Ananias Henrique da Silva, representante do corpo discente das instituições privadas de ensino superior designado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e Presidente da CONAP; Alan Francisco de Carvalho, representante do corpo docente das instituições privadas de ensino superior, indicado pela CONTEE; Cloves Alexandre de Castro, indicado pelo MEC como representante da sociedade civil, designado pelo Movimento dos Sem Universidade (MSU); David Raimundo Santos, indicado pelo MEC como representante da sociedade civil, designado pela Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (EDUCAFRO); Geraldo Profírio Pessoa, representante do corpo docente das instituições privadas de ensino superior, indicado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino – (CONTEE); Jéssica Lawane Sousa Rodrigues, representante dos estudantes do ensino médio público, indicada pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES); Samuel Martins Feliciano, Coordenador-Geral de Relações Acadêmicas de Graduação (CGRAG/DIPES/SESu/MEC); Sandra de Faria, representante dos dirigentes das instituições privadas de ensino superior, indicada pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB); Valmor Bolan representante dos dirigentes das instituições privadas de ensino superior, indicado pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES); e Victor Henrique Grampa, representante do corpo discente das instituições privadas de ensino superior, indicado pela UNE. Ausentes os membros: Dilvo Ristoff, Diretor de Políticas e Programas de Graduação (DIPES/SESu/MEC) e Rosa Neide Sandes de Almeida, representante das Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal, indicada pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED). Esteve presente ainda Pablo Piazzola de Assis Correia, servidor designado para secretariar a reunião da CONAP. A reunião teve como pauta única o debate sobre a reformulação da estrutura e organização da CONAP. Previamente às discussões, Antonio Ananias consultou Samuel Martins a respeito da confirmação da reunião da CONAP com o Ministro a fim de apresentar propostas de reformulação da Comissão. Samuel Martins informou que foi solicitado junto ao Gabinete do Ministro uma reunião para o início de setembro, de 1º a 11 de setembro, que em resposta solicitou a elaboração de parecer de

justificativa de reunião entre a CONAP e o Ministro, o qual foi elaborado e encaminhado ao aludido Gabinete. Complementarmente, foi colocada em votação a ausência justificada de Dilvo Ristoff, cuja justificativa foi aprovada pelos membros. No que se refere à Rosa Neide, tendo em vista as três ausências não justificadas, a representante do CONSED está desligada da CONAP, devendo ser realizados os procedimentos para indicação de novo representante do CONSED para a Comissão. Dando início às discussões, Samuel Martins informou sobre a característica consultiva da Comissão, apresentando um histórico de constituição da CONAP e das entidades representativas que a compõe. Samuel Martins enfatizou o importante papel que a Comissão cumpre ao servir de intermediadora entre a política pública na ponta, com a recepção de sugestões e críticas das Instituições de Educação Superior (IES) e da sociedade, e os gestores públicos. Geraldo Profírio apresentou um relatório a respeito da avaliação do controle social da CONAP. Em seu relatório, Geraldo Profírio informou que o controle social para ser efetivo, deve ter um caráter deliberativo, tendo um poder de intervenção, o que não ocorre com a Comissão em questão, uma vez que possui apenas o papel consultivo, o qual está normatizado por Decreto. Geraldo Profírio citou como exemplo de ação deliberativa da CONAP a possibilidade de emitir parecer punitivo às IES que descumprissem as normas do Prouni, após averiguação da Comissão. Geraldo Profírio destacou artigo do Regimento Interno da CONAP de que na ausência do presidente a Comissão deve ser presidida compulsoriamente pelo MEC, o que na visão dele é um erro. Valmor Bolan manifestou que o papel da Comissão deve ser consultivo. No entanto, Valmor Bolan ressaltou que há anos o MEC não disponibiliza meios para que a Comissão exerça o controle social adequadamente. Como exemplo, Valmor Bolan cita a disponibilização de um Secretário(a) Ad hoc exclusivo para a Comissão, o que não ocorre atualmente. Antonio Ananias propõe aos membros que reflitam que tipo de controle a Comissão quer exercer e a partir disso, possam fechar uma proposta para apresentação ao Ministro. Antonio Ananias ressaltou que a Comissão deve averiguar as condições que possui para realizar o controle social, uma vez que os seus membros exercem outras atividades além da CONAP e que mesmo a disponibilização de um Secretário Ad hoc para a Comissão somente seria justificável se houvesse demanda para tal. Samuel Martins ponderou que o modelo de controle social estabelecido para a política pública brasileira é de natureza consultiva, devendo apontar problemas, apresentar sugestões e soluções. Samuel Martins manifestou apoio à demanda dos membros da Comissão por melhores condições de trabalho. Assim, Samuel Martins sugere que as novas propostas de normativos para a Comissão permitam a ela ter melhores condições de execução do controle social. Sandra de Faria argumentou que o papel de fiscalizar as IES é do MEC e que cabe à Comissão apenas apresentar proposições acerca do aperfeiçoamento do Prouni, da garantia do Programa. Contudo, Sandra de Faria ressaltou que a Comissão necessita ter melhores condições para exercer as suas atividades. Victor Grampa entende que o fato do Decreto estabelecer que a Comissão exerce o controle social do Prouni, está implícito que quem o exerce tem o poder de exercer. Nesse sentido, Victor Grampa argumenta que a CONAP tem o papel deliberativo, mas os normativos postos acabam limitando a sua atuação. Victor Grampa acrescenta que a dificuldade que a Comissão tem de exercer o seu papel executivo está muito mais ligado ao reconhecimento que o MEC deveria dar para fornecer os instrumentos às atividades da CONAP. David Santos ressalta que a

postura do MEC em relação à Comissão ainda é fechada. David Santos entende que o controle da Comissão deve ser muito mais a respeito de acompanhar a efetividade da fiscalização do Programa pelo MEC do que exercê-lo. Antonio Ananias sugere que a cada 40 dias fosse gerado um relatório de reclamações que chegam à DIPES/SESu a fim de realizar o acompanhamento do Programa. Geraldo Profírio argumentou sobre a necessidade da CONAP emitir pareceres sobre denúncias e casos que chegam até a Comissão para que futuramente não haja questionamento sobre as atividades de acompanhamento e controle social da mesma. Antonio Ananias sugeriu uma reflexão aos membros no sentido de propor uma ampliação da Comissão, com mais membros, ou de ter convidados que possam participar das reuniões. Samuel Martins ponderou sobre a necessidade de se otimizar a estrutura que a Comissão já dispõe, em vez de somente propor mais instrumentos, uma vez que existe uma limitação de recursos e de pessoal, que pode impedir tal ampliação. Samuel Martins ressaltou que o controle social deve ser no sentido de qualificar a política pública e não de executar a política. Samuel Martins sugeriu que a CONAP elabore documento com os dados e informações necessárias para as atividades da Comissão, uma espécie de relatório anual que o MEC deveria fornecer para a CONAP. Alan Carvalho ressaltou que seja definido o que é necessário para a CONAP funcionar. Assim, Alan Carvalho sugeriu que seja elaborado documento a ser encaminhado ao Ministro com os itens necessários para o funcionamento da Comissão. Pablo Piazzolla apresentou o questionamento de uma IES referente à constituição de sua COLAP. No caso em questão, Pablo Piazzolla informou que na localidade não há representações estudantis e de docentes para coordenarem o processo de escolha de representantes para a COLAP e assim, a IES solicita uma orientação da CONAP a respeito. Assim, a Comissão deliberou que Cloves Alexandre fará o relatório pertinente ao caso, devendo encaminhar por e-mail aos membros para aprovação ou não do relatório, para que possa ser encaminhado à IES em nome da CONAP. Cloves Alexandre deverá delimitar um tempo de resposta para que os membros possam responder e caso não haja manifestação, haverá a concordância tácita dos membros em relação aos encaminhamentos propostos por Cloves Alexandre. Realizadas as discussões, foram deliberados a criação de subcomissões para: **1** – Reestruturação da Portaria e Regimento da CONAP (Cloves Alexandre, Samuel Martins e Victor Grampa) **2** – Documento a ser enviado ao Ministro (Antonio Ananias, Sandra de Faria, Alan Carvalho e Geraldo Profírio); **3** – Nova composição de membros para a CONAP. Encerradas as questões a serem tratadas, a reunião foi encerrada às 20 horas e 13 minutos, e eu, Pablo Piazzolla de Assis Correia, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e todos os presentes na reunião. Brasília, 11 de agosto de 2015.